



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – Nº 2
Abril-Junho/2023
ISSN: 2965-2235

49 anos de Relações Brasil-República Popular da China: um balanço

Letícia Cordeiro Simões*

Por muito tempo, a política externa brasileira esteve voltada para os Estados Unidos e para seus vizinhos latino-americanos. A relação triangular estabelecida na década de 1930 entre Brasil, América Latina e Estados Unidos ainda encontra repercussão nos dias atuais (RICUPERO, 2006). Historicamente, as relações do Brasil com a Ásia não figuraram entre as prioridades da política externa brasileira. Uma exceção não linear vem sendo a China, que apesar de ter uma relação antiga com o Brasil, ganhou destaque no contexto da “parceria estratégica” firmada entre os dois países e iniciada na década de 1990 por esforço do embaixador brasileiro em Beijing, Roberto Abdenur, e bem mais recentemente no contexto dos BRICS.

O último mês de abril marcou a terceira visita de Estado do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva à China, que parece ter sido recolocada no lugar de parceiro prioritário de política externa do país, depois de anos de menor importância diplomática, mas não comercial, para o Brasil. Recebido com todas as honras de Chefe de Estado pelo contraparte chinês, Xi Jinping, o presidente brasileiro, acompanhado por uma comitiva de políticos e empresários, assinou 11 memorandos de entendimento e 4 acordos que buscam fomentar a cooperação entre os dois países em áreas diversas que vão desde comércio e indústria, passando por comunicação e inovação, e chegando à pesquisa e tecnologia (BRASIL, 2023).

Apesar da importância que hoje a China tem na balança comercial brasileira, as relações do Brasil com o Leste Asiático tiveram início no final do século XIX, mas foi somente a partir da década de 1950 que a Ásia começou a surgir – embora timidamente – como uma opção para o governo brasileiro (AMORIM; OLIVEIRA, 2000). As prioridades brasileiras sempre foram os países vizinhos, os Estados Unidos e os países europeus.

O relacionamento sino-brasileiro possui raízes do período do Brasil Império, quando em 1879, D. Pedro II enviou uma grande missão ao também Império chinês no intuito de “estabelecer uma corrente migratória para o Brasil e ativar o fluxo de comércio entre os dois Impérios” (CERVO, 2008, p. 274). Contudo, no início do período republicano (1889-1930) houve um afastamento entre os países, influenciado, principalmente, por fatores externos que afetaram a China, que vivia o contexto conturbado do Século das Humilhações (1839-1949) (OLIVEIRA, 2004).

Apesar de desacelerada, no início do século XX, houve aumento das relações Brasil-China com a assinatura de acordos bilaterais como a Convenção de Arbitramento (1909) e o Convênio Cultural (1910) (PINTO; GONÇALVES, 2019). Nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da política externa independente (PEI) e seus desdobramentos, uma das medidas que caracterizaram a nova disposição do país com relação à Ásia foi o reconhecimento, em 1974, por parte do governo Geisel, da China continental como República Popular da China (RPC) e o descredenciamento de Taiwan – movimentos contrários àqueles empreendidos pelos Estados Unidos.

O reconhecimento vinha pouco tempo depois da acessão da RPC no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, juntamente com um importante marco político para as relações sino-brasileiras: a negociação para a instalação da Embaixada chinesa em Brasília e da Embaixada brasileira em Pequim. A partir de então, a China era percebida pelo Brasil como uma oportunidade. E apesar das diferenças político-ideológicas, a RPC podia ser vista como um país cujos ideais se assemelhavam aos objetivos brasileiros, levando ao início da construção de uma aliança mútua de interesses (OLIVEIRA, 2003).

Nesse momento, o país também estreitou laços com o Japão, que retomava seus investimentos no Brasil, o que possibilitou maior intercâmbio comercial, investimentos e cooperação tecnológica. Nesse contexto, o presidente João Batista Figueiredo foi o primeiro mandatário brasileiro a visitar a China, em 1984; nesse mesmo ano, passou pelo Japão e assinou acordos sobre a imigração e cooperação em ciência e tecnologia (MASIERO, 2007).

Com o fim da Era Mao Tse-Tung (1949-1976) e início do governo de Deng Xiaoping (1978-1992), a China iniciou seu processo de reabertura comercial na década de 1980 e reaproximação com a comunidade internacional. Foi na segunda metade da década de 1980 que foram assinados os acordos para a construção de satélites próprios e independentes das potências desenvolvidas com o Programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). Já na década de 1990, em 1993, no governo de Jiang Zemin na China e de Itamar Franco no Brasil, foi estabelecida a Parceria Estratégica entre os dois países, que tinha como objetivo comum o desenvolvimento. Já no ano seguinte, houve o estreitamento de diálogos em setores como telecomunicações, energia e informática (BIATOR JR, 2010).

No governo Fernando Henrique, as relações do Brasil com os países asiáticos, para além da China, são estreitadas, o que pode ser exemplificado pela criação do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), criado em 1999 com a função de

promover o diálogo político e econômico e a cooperação entre as regiões. O ano de 1999 também marcou o lançamento do primeiro satélite, fruto de uma parceria bilateral sino-brasileira, que tinha o intuito de tornar os países menos dependentes de tecnologias de monitoramento dominadas pelo norte (INPE, 2018). Ao total, seis satélites do programa já foram lançados ao espaço.

Durante os dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve grande expansão da economia brasileira, o que gerou intensificação das relações com a América do Sul e com demais países emergentes, como China, Rússia, África do Sul e Índia. Contudo, a crise econômica de 2008 desacelerou o crescimento e desenvolvimento de China e Brasil, porém, sem deixar de lado a relação especial de comércio e cooperação bilateral que estabeleceram.

Ainda, destaca-se a realização frequente de missões empresariais conduzidas pelo governo brasileiro à China e a criação do Banco dos BRICS (2014) após anos de conversação que deram origem ao agrupamento em 2010. O relacionamento brasileiro com a China tem sido estreitado nos últimos anos principalmente na área de comércio e na agenda de cooperação Sul-Sul. Desde a virada do século, o continente asiático tornou-se o principal destino das exportações brasileiras, em grande medida devido às demandas chinesas. Desde 2009, a China ocupa a posição de maior mercado de exportações e principal sócio comercial brasileiro.

Nos governos de Dilma (2011-2016) e Temer (2016-2018) percebeu-se, apesar da mudança de foco de política interna e externa, principalmente após o impeachment, uma contínua ascensão da China enquanto parceiro importante do Brasil e de outras partes do mundo. Além de ser o principal parceiro comercial do Brasil, a China também passou a ser em 2012 o principal exportador de mercadorias para o Brasil.

Ainda em 2012, as relações atingiram outro nível com a assinatura de uma "Parceria Estratégica Global", juntamente com a criação do "Diálogo Estratégico Global" entre Ministros das Relações Exteriores, e do "Plano Decenal de Cooperação" (2012-2021), todos no governo Dilma. E por mais que se tenha imaginado que com a saída dos governos petistas do poder, haveria uma mudança no relacionamento com a China, por uma possível menor "proximidade ideológica", não foi o que ocorreu. Entre 2016 e 2017, por exemplo, a China consolidou as exportações de capitais para o Brasil, liderando as aquisições no país (ALMEIDA, 2019).

Os anos de governo Bolsonaro no Brasil foram marcados, inicialmente, por uma oposição aberta ao maior parceiro comercial do país dadas as características políticas do governo chinês. Ainda durante a campanha eleitoral, Bolsonaro fez críticas à China e

ao seu tipo de governo, ataques que foram corroborados por pessoas próximas ao presidente, como seus filhos ou auxiliares diretos. Em 2019, no início de seu mandato, o presidente visitou Taiwan, o que irritou a cúpula dirigente da China, e em maio de 2021 insinuou que a pandemia de COVID-19 era parte de uma guerra biológica. Apesar das polêmicas, os investimentos chineses no Brasil bateram recorde em 2021 e o fluxo comercial entre os dois países permaneceu em patamar elevado (BARRUCHO, 2023).

Em 2023, se iniciou o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, notadamente o presidente brasileiro que mais expandiu as relações com a RPC no presente século. Às vésperas dos 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e República Popular da China, as expectativas para os próximos anos são de aumento na intensidade e qualidade nas relações bilaterais se comparadas aos anos anteriores, o que pode ser ilustrado, entre outros, com os acordos assinados em abril e com a presença de Dilma Rousseff na presidência do Banco dos BRICS.

Referências

ALMEIDA, Jorge. As Relações China-Brasil em leitura comparada nos governos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. **43º Encontro Anual da ANPOCS**, 2019. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st30-4/11812-as-relacoes-china-brasil-em-leitura-comparada-nos-governos-de-lula-dilma-temer-e-bolsonaro/file>. Acessado em: 09 de junho de 2023.

AMORIM, Wellington; OLIVEIRA, Henrique Altemani. O Relacionamento Brasil-Japão. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Vol III. 2ª Edição. São Paulo: USP, 2000.

BARRUCHO, Luís. Como deve mudar relação do Brasil com a China no novo governo Lula, **BBC**, Londres, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64183029>. Acessado em: 09 de junho de 2023.

BIATO JR., Oswaldo. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

BRASIL. **Brasil e China fecham 15 acordos e reforçam parceria**. 2023 Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/04/brasil-e-china-fecham-15-acordos-e-reforcam-parceria>. Acessado em: 09 de junho de 2023.

CERVO, Amado. **Inserção internacional**: formação de conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL (INPE). **História**, 2018. Disponível em: <http://www.cbears.inpe.br/sobre/historia.php>. Acessado em: 09 de junho de 2023.

MASIERO, Gilmar. **Negócios com o Japão, Coréia do Sul e China**: Economia, gestão e relações com o Brasil. São Paulo: Saraiva, 2007.

OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa Brasileira**. Editora Aduaneiras, 2003.

OLIVEIRA, Henrique. **Brasil-China**: trinta anos de uma parceria estratégica. Revista brasileira de política internacional, Brasília, v. 47 n. 1, p. 7-30, 2004.

PINTO, I. C. C. e GONÇALVES, F. C. N. I. A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: obstáculos e potencialidades de uma relação assimétrica. In: GONCALVES, F. C. N. I. ; SIMÕES, L. C. **Relações Internacionais em perspectiva – Vol. IV**. São Paulo: PerSe, 2019, p. 12-41.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Vol I. 2ª Edição. São Paulo: Lumen Juris, 2006, p. 15.

* Doutora e Mestre em Relações Internacionais (UERJ). Professora Substituta do INEST-UFF e Professora Adjunta do Unilasalle-RJ. E-mail: leticiacondeirosimoes@gmail.com